

**A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO: ANÁLISE
DAS RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO EDUCACIONAL EUROPEU E
BRASILEIRO (1870-1920)**

Carlos Herold Junior
Departamento de Pedagogia da Unicentro - Guarapuava
Doutorando em Educação na UFPR

RESUMO: O século XIX para a história da educação é de extrema relevância. Afinal é nele que os ideais educativos debatidos no interior da revolução francesa são efetivados nos sistemas nacionais de ensino. Obviamente, concatenados com os novos desafios enfrentados pela sociedade, sobretudo após 1848, esses ideais e a sua concretização fizeram com que o pensamento pedagógico passasse por reestruturações importantes para que fossem atendidas as diretrizes postas pelo debate mais amplo. Neste estudo, em particular, dessas alterações no pensamento pedagógico ocorridos nesse momento, as questões relativas à educação física serão focalizadas.

Palavras-Chave: Educação Física, Século XIX, Pensamento educacional

**THE PHYSICAL EDUCATION AND THE NATIONAL SYSTEMS OF
EDUCATION: ANALYSIS OF THE RELATIONS BETWEEN THE EUROPEAN
AND BRAZILIAN EDUCATIONAL THOUGHT (1870-1920)**

ABSTRACT: The XIX Century is of extreme relevance for the history of the education. It is in it that the debated educative ideals in the interior of the French revolution are accomplished in the national system of education. Obviously, concatenated with the new challenges faced by the society, especially after 1848, these ideals and its concretization made that the pedagogical thought went through important reorganizations so that the debate of these lines were taken care. In this study, in particular, the alterations in the pedagogical thought occurred at that moment, and in particular the questionings related to the physical education will be focused.

Key words: Physical Education, XIX Century, Pedagogical thought.

O século XIX para a história da educação é de extrema relevância. Afinal é nele que os ideais educativos debatidos no interior da revolução francesa são efetivados nos sistemas nacionais de ensino. Obviamente, concatenados com os novos desafios enfrentados pela sociedade, sobretudo após 1848, esses ideais e a sua concretização fizeram com que o pensamento pedagógico passasse por reestruturações importantes para que fossem atendidas as diretrizes postas pelo debate mais amplo. Neste estudo, em particular, dessas alterações no pensamento pedagógico ocorridos nesse momento, as questões relativas à educação física serão focalizadas.

A delimitação desse foco, contudo, não deve secundarizar o fato de que o debate levado à cabo em torno da criação da escola pública, assim como a expansão das forças

produtivas do capitalismo, foram fenômenos que se estenderam pelo mundo. Aliás, tem-se como pressuposto que é a resolução das contradições entre o modo e as relações sociais de produção que relacionam, e relacionaram no século XIX, as especificidades das transformações culturais, sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira, com os desafios enfrentados pelo contexto europeu, principalmente aqueles que diziam respeito aos limites do capital.

Tendo isso por base, verifica-se, também, que "O século XIX é particularmente importante para o entendimento da Educação Física..." (1994, p. 9), afirma Carmen Soares em *Educação Física - raízes européias e Brasil*. Aliás, é tendo como pressuposto o imbricamento de ambos os contextos que a obra acima constrói uma análise sobre a história da educação física no século XIX, preocupando-se com as "raízes européias" da disciplina no Brasil. Para alcançar tal intento, a autora busca entender como o conjunto de transformações da sociedade européia culminou em um forte processo de higienização, determinando a influência do pensamento médico sobre as questões relativas à educação e ao controle do corpo. Elenca, para isso, as influências das ciências biológicas e naturais no entendimento da corporeidade humana de forma "desenraizada" da história, o que, por sua vez, fez com que essa modalidade educativa, concebida no sentido mais amplo, atendesse a interesses estranhos à vontade de se construir uma sociedade mais justa e efetivamente democrática.

Esses esclarecimentos são importantes à medida que oferecem bases para diferenciar este trabalho das relevantes análises desenvolvidas por Soares (1994). Objetivando fazer um estudo comparativo entre o pensamento educacional europeu e brasileiro no século XIX, abarcando as questões referentes à educação física no período de 1870 a 1915, este trabalho não busca as "raízes" da disciplina no Brasil naquele pensamento, mas sim analisa o fato de pensamentos pedagógicos semelhantes, defenderem questões afins servindo à contextos particulares, porém intimamente relacionados. Além disso, este trabalho focalizará somente as questões pertinentes ao esforço para se pensar a "pedagogização" das atividades físicas, verificado no embate feito por professores e políticos para se mostrar a viabilidade de se trabalhar com a educação do corpo na nascente escola pública. As questões referentes à educação do corpo que tiveram lugar no bojo social, paralelas ao contexto escolar, não serão desenvolvidas por se acreditar que elas já foram tematizadas pela obra de Soares (1994). A preocupação em se dirigir a análise para a questão especificamente escolar também contempla uma questão que não está totalmente ausente da referida obra, porém não é o seu escopo, possibilitando, dessa maneira, um importante espaço de análise que esta pesquisa pretende colaborar no seu desenvolvimento.

Para tanto, este texto será dividido em três momentos: no primeiro, o pensamento europeu sobre a inclusão da educação física na escola pública será mostrado em seu esforço de justificar a importância dessa disciplina para a efetivação das ambições educativas da própria escola pública; no segundo momento, a mesma análise será feita no contexto brasileiro. Esses dois momentos serão realizados tendo por base obras escritas no período por professores e interessados na criação da disciplina escolar de educação física; nas considerações finais, a unidade histórica do processo será refeita objetivando mostrar as formas como a concatenação entre o pensamento europeu e brasileiro, sobre a necessidade de se colocar a educação física na escola pública, em seus sucessos e fracassos, só podem ser explicados à luz do processo mundializador das contradições do capital.

PENSAMENTO EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EUROPA

Na escola pública, a educação corporal, retomada desde o renascimento, converte-se em disciplina obrigatória, revestida da mesma moralidade que as demais. Se a escola era defendida como o local responsável por fomentar os valores sociais, indispensáveis ao restabelecimento da ordem perdida na crise, a educação do corpo deveria adequar-se a esse projeto. Esse esforço pode ser observado em todos os educadores que focalizaram sua atenção sobre tal problemática. A instituição da educação física como disciplina de ensino obrigatório vem carregada de um forte componente moral. Mais do que desenvolver as forças individuais necessárias à luta pela vida, que se trava nas relações de troca entre indivíduos livres, ela se preocupa em disciplinar esses embates.

O levantamento das idéias produzidas sobre a educação física na Europa, no final do século XIX, demonstra que elas passam pela crítica dos procedimentos desenvolvidos até então, pois estes estavam eivados de "imperfeições" como a vaidade e o egoísmo, advindos de um atletismo tido como desmesurado. Esses procedimentos deveriam ser substituídos por exercícios corporais feitos "corretamente", tendo em vista seu caráter moralizador.

A Alemanha e a França destacaram-se como modelos para os países em processo de criação de seus sistemas nacionais de ensino, sobretudo o sistema alemão, tido como responsável pelo desenvolvimento econômico e pela vitória militar sobre a França em 1871. Biewend (1862), em *German System of Gymnastics*, destaca os princípios básicos da escola, inspirando-se no sistema alemão, porém com algumas ressalvas em relação à disciplina educação física. O que mais lhe chamou atenção nos métodos educativos da Alemanha foi a capacidade de construir um sistema nacional de ensino que privilegiasse o indivíduo em todas as suas dimensões. Apesar da tradição alemã nos exercícios com aparelhos, que em nada favoreceram o culto de valores mais elevados, o autor vê com bons olhos o exemplo germânico, desde que tivesse sanado os vícios individualistas que ainda restavam na sua educação corporal.

A interligação entre vontade e exercícios físicos faz com que o exercício pelo exercício e o exagero do atletismo sejam criticados. Neste sentido, o autor, que é americano mas pensa as questões da educação física com os olhos voltados para Europa, afirma que é preciso reconhecer a verdadeira coragem a ser estimulada pelos exercícios corporais: "Não apenas o corpo, mas a mente também, é feita jovem pelo exercício ginástico. Pelo exercício físico regular (...) nós criamos uma firmeza de caráter" (1862, p.07).

Essas idéias, apesar de expressarem o pensamento educacional da época, encontraram oposição. Mesmo com a forte argumentação em favor da criação da disciplina educação física, para permitir a entrada das atividades corporais na escola, suas idéias não foram aceitas, e o educador acaba sendo acusado daquilo que denuncia e assim se defende: "Por outro lado, nós achamos estranho que o Senhor Rothstein acusasse-nos de uma abstração anti-natural, dividindo o ser humano, que, ao seus olhos, forma uma indissociável unidade, em metades (Biewend, 1862, p.04)."

Dox (1884) descreve as funções de uma "ginástica racional". Contrariamente a Biewend, que enfrentou uma luta mais encruada para ver o reconhecimento da disciplina educação física no seio escolar, Dox vê com satisfação o encaminhamento dado pelas autoridades francesas e pela sociedade como um todo: "As autoridades governamentais e comunais compreenderam que um interesse nacional da mais alta importância comanda nosso país, feliz e próspero, de fazer grandes sacrifícios pela educação física de suas crianças (Dox, 1884, p.02)."

O culto "exagerado" ao corpo, às qualidades físicas, à complexidade de movimentos e às acrobacias não deveriam fazer parte da rotina escolar. Para que essas práticas ganhassem o estatuto de "escolar" ou "educativas" deveria-se zelar pela busca da simplicidade e da naturalidade dos movimentos: "Para que a ginástica pudesse entrar na escola, as façanhas, as formas complicadas e as aplicações artísticas deveriam desaparecer e dar lugar à simplicidade e ao natural" (1884, p.25). Apesar de ser a escola o espaço que remediaria os excessos do individualismo existentes na prática social, Dox vai mais longe ao acreditar que eles deveriam ser excluídos também do lado de fora dos muros escolares: "Esta exclusão, absolutamente necessária na escola, não é menos desejável nas sociedades (1884, p.36)."

Angelo Mosso (1904), professor italiano, foi uma das maiores expressões na defesa da educação física na Europa durante o período estudado. Nessa época já havia estabelecimentos ou ginásios em que a prática de exercícios corporais eram realizados. Como a questão não era somente alardear a prática desses exercícios, mas enfatizar seus aspectos "educativos", o autor ao mesmo tempo que critica a maneira a qual a juventude se entregava a esta prática, mostra que ela poderia ser conduzida para um fim superior do qual toda a sociedade se beneficiaria. É o que ele expressa quando afirma: "A harmonia nas formas, o amor da disciplina que faz um nação poderosa, a habilidade nas armas para a guerra, (...) nobres fins que se propoem à educação (1904, p.10)."

O desenvolvimento descomunal da força, velocidade e resistência não se coadunava com as finalidades propostas à educação física na escola pública. *Se a "nova escola" combatia o desenvolvimento exclusivo do intelecto, a "nova educação física" combatia o desenvolvimento exclusivo dos músculos*. Para isso, ela deveria refutar toda e qualquer manifestação do "nefasto" atletismo.

Se a desconsideração pelo corpo, normalmente imputada aos medievos não mais acontecia, era necessário, agora, fazer com que o culto ao indivíduo, fortalecido na época renascentista, fosse repensado. Cada um deveria se ver como parte de uma sociedade na qual tem direitos, mas sobretudo deveres. Se no momento em que as estruturas feudais se rompiam, aliviando seu peso sobre os homens, havia a exaltação do livre jogo das forças individuais na luta pela vida, na virada do século XIX ao século XX, Mosso (1904) ambicionava que essas forças fossem exercidas e "exercitadas" na escola para corrigir os efeitos de um individualismo desagregador das sociedades do século XIX.

Apesar do autor italiano estar em sintonia com o pensamento educacional corrente na Europa do final do século XIX, difere em algumas considerações operacionais, porém de extrema importância dentro do debate sobre o papel do Estado na educação. Mesmo admirando a Alemanha pelo papel educativo da educação física, que lá enfrentara uma batalha dura contra o atletismo do "Turnen", o autor se opõe a uma outra questão polêmica do século XIX, que diz respeito a tutela do Estado sobre a educação, mais especificamente, à implantação dessa disciplina. Ao justificar esse ponto de vista, não vacila em deixar de lado os sucessos educativos da Alemanha e afeiçoar-se às também bem sucedidas estruturas educacionais inglesa e norte-americana, mais liberais. Segundo esse autor, a regulamentação pelo Estado fere as diferenças individuais e regionais. Escrevendo na Itália, o autor é tributário das dificuldades inerentes daquele país em construir uma unidade nacional que, para ele, só poderá ser efetivada pela educação que considerasse a disciplina educação física.

Schereber (s.d.)¹, em *Educação Doméstica, Médica e Hygienica*, lutou em prol da instituição da disciplina e suas idéias foram amplamente divulgadas no Brasil. A questão central que ele debate não é diferente daquela dos renascentistas: educar o corpo e a alma. A diferença, no entanto, se mostra na elevação dessa unidade entre corpo e alma para além

do temido e amoral intelectualismo e dos exercícios corporais “materialistas” e individualistas, baseados no atletismo gratuito.

Também Marx (1994), ao analisar a legislação fabril inglesa, chama atenção para a importância das atividades corporais numa concepção de educação que comungasse com os interesses da classe operária. Marx, no momento em que estudava as idéias de Owen, afirma que "brotou o germe da educação do futuro que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica..."(1994, p. 554) Para Marx as reivindicações da classe operária, que deveriam culminar no internacionalismo revolucionário, não podiam negligenciar esse ponto da pauta educativa.

Dessa maneira, resguardada algumas diferenças entre os autores analisados, pode-se observar que o mote central do debate sobre a educação física no século XIX na Europa é o fato de se buscar as bases educativas dessas práticas, para que, então, já com caráter de disciplina escolar oferecida a todos, ela pudesse influir na dissolução da crise social: de forma conservadora ao enquadrar-se nos limites do pensamento educacional liberal, mas também colaborando com a subversão das relações sociais capitalistas, tal qual as propostas de Marx ao colocar a educação física no bojo das reivindicações educacionais do operariado. É essa discussão que fundamenta as diferentes opções metodológicas com as quais a educação física se materializaria no interior da escola pública européia.

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO, A ESCOLA PÚBLICA E A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Essa questão mais ampla também foi sentida no debate pela instituição da educação física no Brasil. A dimensão corporal da educação deveria ser adjetivada como **educação física**, diferente das práticas corporais arraigadas que, afeitas ao individualismo e ao sensualismo, eram concebidas como **instrução física**.

Dirigida pelo e para o interesse público, a educação física no Brasil, assim como na Europa, deveria unir o povo brasileiro em torno da idéia de pátria, para que todos se dispusessem a trabalhar com energia para o progresso do país, integrando-o no cenário mundial. Revestida dessa nova finalidade, a discussão prossegue no sentido de diferenciar atividades que são educativas das que não o são. Certo estava, somente, que qualquer prática que inibisse o desenvolvimento correto da iniciativa individual - livre do individualismo - estava condenada.

O cerne metodológico que expressa essa preocupação é o equilíbrio entre instruir e educar. Na prática, essa questão significa a superação do exercício pelo exercício, da força pela força, da habilidade pela habilidade, para se alcançar fins "mais elevados". Assim como a instrução pela instrução era criticada pela sua incapacidade moralizadora, o desenvolvimento dos músculos pelos músculos não era considerado educativo.

Os pareceres do Congresso de Instrução (1883)ⁱⁱ permitem visualizar a direção das reformas educacionais, que vão desde a educação das crianças mais novas até a formação de cientistas e profissionais liberais de diferentes ordens. Vieira (1883), por exemplo, centrou suas reflexões em torno da educação da infância, dando o tom do novo discurso que se tornaria hegemônico: “Para que o jardim de infancia constitua a base da escola primaria e proveja a insufficiencia material e espirital das familias, cumpre que organize-se conforme o methodo de Fröebel; **cultive racionalmente as forças physicas**, intellectuaes e moraes.”(1883, p.03) (Grafia original) (Sem grifo no original.)

Aquino (1883) colabora com a atribuição de valor educativo às atividades do corpo evidenciando, contudo, que deveria se rechaçar, por exemplo, a ginástica alemã. Segundo seu ponto de vista, a Alemanha, apesar de construir seus instrumentos para imitar situações naturais, acabou por enveredar em um exagerado culto à performance, pedagogicamente inviável para atender às novas exigências da educação física. Assim, ele pondera:

A gymnastica com aparelhos fixos, taes como barra fixa, barras paralelas, mastros, trapezios e argolas, está hoje condemnada por quasi todos os educadores modernos, como servindo mais para acrobacia do que para pedagogia.”(1883, p.05) (Grafia original) (Sem grifo no original)

Com relação a esse aspecto, Fernando de Azevedo (1915a) observa que nos clubes, associações e em algumas escolas, os exercícios do corpo eram totalmente voltados para o treinamento e desenvolvimento de capacidades acrobáticas. Advindos dos precursores da ginástica alemã, os exercícios sobre os aparelhos não podiam entrar na futura escola pública. Afinal, onde estava o seu aspecto educativo? Desde a instauração desse método no Brasil, argumenta o autor, nada de proveitoso se colheu. Pelo contrário, além de alimentar o preconceito em relação aos exercícios corporais, produziu um "bando de jovens" voltados para a vaidade de sua força, conquistada em prejuízo dos atributos intelectuais e morais e, portanto, sem utilidade social: “É preciso, pois, no ensino dar de mão á rotina. Longe das escolas o funambulismo. Só assim é que ‘abrir escolas seria fechar hospitaes.’ ” (1915b, p.75) (Grafia original)

A crítica aos exageros do desenvolvimento muscular por ele mesmo e ao funambulismoⁱⁱⁱ é ponto passível em todos os educadores que pensaram a educação física escolar nesse momento de transição da sociedade brasileira. Qualificada como “educativa”, a educação física integraria o conjunto das disciplinas da nova escola a ser aberta a todos os brasileiros. Sob a denominação de “Ginástica Racional”, Azevedo reproduz, também, o que ainda se esperava da "nova educação física". O desenvolvimento concomitante dos músculos e do cérebro deveria contribuir para “que a innervação vibratil e poderosa se justaponha a uma compleição inteiriça e resistente feita para as rudes batidas do deserto: ou aparelhadas para as diurnas lucubrações do cerebro e embates repetidos da lucta pela vida?” (1915a, p.78) (Grafia original)

De acordo com Azevedo (1915a), **todos**, independentemente de classe social, devem ser educados fisicamente. Se no seio da sociedade imperial houve iniciativas na institucionalização da educação física, grande parte delas comungou com uma **instrução física** que não ia ao encontro das novas necessidades. No novo projeto de sociedade, baseado nas trocas, nas relações de competição de quem produz e vende mais, deveria-se buscar uma educação pelo esforço, pela fadiga enquanto meio educativo e não desvirtualizador da moral ou da valorização de sentimentos egoístas prejudiciais ao "engrandecimento social": "Deve-se educar o esforço mas não pelo esforço." (1915a, p.51)

A educação física sem a educação moral, segundo Azevedo(1915a), era interpretada como erro imperdoável. Primando pelo "engrossamento do músculo" e relegando o desenvolvimento moral para as "considerações cerebrinas" da pedagogia, a "velha educação física" representava o próprio atraso do Brasil.

Esse atraso também era reputado ao exército, que era considerado o foco de maior resistência aos "progressos da pedagogia moderna". Responsável pela aplicação de exercícios físicos voltados para o mero desenvolvimento muscular em suas escolas, essa instituição foi uma das principais propagadoras dessas formas de atividades na sociedade brasileira. Esses exercícios, sem nenhum compromisso educativo com a "integralidade" do

homem, deveriam ser esquecidos em nome de outros, que respeitassem o indivíduo, que o educassem integralmente, que fossem racionais, científicos e que aproximassem a educação física da educação moral. A pedagogia do exército, segundo Azevedo (1915a), era contrária à nova pedagogia. Trinta anos antes, Rui Barbosa, que rechaçara a crítica ao “materialismo” das idéias educacionais, dava aos exercícios militares um sentido diferente. No lugar de formar contingentes para o combate bélico, dava-lhes um caráter formativo mais amplo de civismo. A nova pedagogia, ao lançar mão dos exercícios militares, tinha em vista a formação cívica, mas não desprezava a atmosfera belicosa que reinava entre as nações de expansão imperialista e que obrigava as demais a uma atitude defensiva^{iv}.

Por outro lado, os apelos à "nova educação física", fartos e qualitativamente embasados no que havia de mais "moderno" no período em questão, não encontrou a ressonância necessária no cotidiano escolar. A forma como Rui Barbosa entregou-se ao debate, fundamentando-se em um minucioso estudo das legislações européias, fez com que ele defendesse suas idéias como um vencedor inevitável: “Felizmente, a causa da educação física está ganha, e a rotina pouco poderia retardar o seu triunfo em toda parte. Todas as competências superiores em matéria de educação e todas as legislações modelos do ensino pronunciam-se a uma voz em seu favor.”(1946, p.74) Entretanto, em sua luta para fazer a sociedade de seu tempo assumir rumos condizentes com as novas necessidades, indignou-se por não ter seu projeto bem recebido: “todo o mundo civilizado, podemos-lo dizer, impõe hoje como necessidade vital, na organização da escola, a ginástica, ampliada aos dois sexos. A comissão, portanto, não tinha que vacilar em lhe reconhecer o que, pelas mais rigorosas das exigências racionais, toca a esse ramo do ensino. (1946, p.90)”

Com isso, verifica-se que somente após condições históricas mais favoráveis, dependentes do complexo relacionamento entre as especificidades do capitalismo brasileiro e a totalidade desse modo de produção, é que a força necessária para a realização dessa disciplina escolar e a importância educativa das atividades corporais racional e educativamente oferecida para todos, seriam concretamente reconhecidas.

APONTAMENTOS FINAIS

Pensar a relação entre o pensamento educacional europeu e o brasileiro no século XIX é uma oportunidade valiosa se verificar a forma complexa com que as análises em educação física devem buscar o imbricamento dessa modalidade educativa com as necessidades e os limites do capitalismo.

Este trabalho buscou colaborar nesse processo ao verificar que tanto a Europa, quanto o Brasil estavam empenhados em mostrar a validade social das atividades físicas para a solvência de crises mais amplas, que atingiam os contextos diferenciadamente, porém com uma inegável e mútua influência.

No que diz respeito ao pensamento educacional sobre a educação física no século XIX, as duas realidades focadas neste trabalho buscavam evidenciar a necessidade de se "pedagogizar" as atividades corporais, livrando-as das influências socialmente deletérias do atletismo, do funambulismo e, também, da própria aversão a "qualquer" esforço físico. Essas questões específicas da educação física, levadas à cabo no interior dos debates educacionais sobre a criação da escola pública, evidenciam o inescapável relacionamento entre a educação do corpo e suas atividades com os debates que diziam respeito à conservação ou à transformação da sociedade, mediados pela discussão em torno da

criação escola pública. No caso europeu, a luta entre trabalho e capital, fez com que ambos defendessem a inclusão da educação física na escola, desde que as atividades fossem livres de qualquer "ranço" individualista que, no fim, mais prejudicavam a consecução dos objetivos a elas propostos. No Brasil, os dilemas evidenciados pelas transformações no século XIX e a forma como eles foram sendo enfrentados, também colocou a educação física escolar na ordem do dia.

A análise mostrou, todavia, que o "desânimo" dos defensores brasileiros dessa causa era claro, restando a esses professores a incompreensão sobre o fato de idéias tão "racionais" não encontrarem ressonância. A educação física escolar no Brasil era defendida de forma clara e atinada com o que havia de mais moderno no que tange ao pensamento educacional. Apesar de enfrentar praticamente os mesmos argumentos educacionais contrários, por exemplo, que não impediram franceses e alemães de criar a disciplina em seus sistemas nacionais de ensino, a realidade brasileira "esperou" os anos 30 para começar a concretizar tanto a sua educação pública, como, no interior dela, a prática "pedagógica" de atividades físicas. Isso evidencia que em nível mundial, os impasses em torno ou dos limites ou das possibilidades do capitalismo, tocam diferenciadamente o mundo escolar. É no entendimento desses impasses que a capacidade de se realizar as reformas nas estruturas educacionais deve ser buscada, possibilitando, por sua vez, a apreensão da capacidade dessas alterações influírem, ou não, nos rumos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, F. *A poesia do corpo*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915a.
- _____. *A educação higiênica*. 1915b(mimeo)
- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública(1882). In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1946. Vol10, tomoII.
- BIEWEND, A. B. C. *German System of Gymnastics*. American : Freidenker, 1862.
- BRUHNS, H. T. *O corpo parceiro e o corpo adversário*. Campinas: Papirus, 1993.
- CONGRESSO DE INSTRUÇÃO. *Regulamento e programa*. Rio de Janeiro : Typographia Nacional , 1883
- DOX, Major. *La gymnastica rationnelle: appliquée au développement*. Namur : imprimerie de ad Wesmael - Charlier, 1884.
- MARX, K & ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo : Moraes, 1983.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. In: *Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo : Editora Moraes, 1987.
- MARX, K. *O capital - crítica da economia política*. 4 ed. São Paulo : Bertrand Brasil, 1994, vol 1 , l. 1.
- MOSSO, Angelo. *Les exercices physiques et le développement intellectuel*. Paris : Felix Alcan Editeur, 1904.
- SCHEREBER, D. G. M. *Gymnastica domestica, medica e hygienica*. Lisboa : Candido de Magalhães, s. d.
- SOARES, C. *Educação Física - Raízes européias e Brasil*. Campinas - SP : Autores Associados, 1994.

ⁱ No levantamento feito, não foi possível detectar a data correta da publicação deste autor. Entretanto, dada frequência com que esse autor citado pelos seus contemporâneos, pode-se, com certeza, elencá-lo como formulador do pensamento sobre a educação física no final do século XIX e início do XX.

ⁱⁱ Das vinte e nove questões referentes à instrução no país, este trabalho destacará a oitava, que tem por tema: “A educação physica nos jardins da infância, nas escolas primárias e collégios(1883:05)” Interessante observar, também, que, na Exposição Pedagógica paralela ao Congresso, estavam expostos os aparelhos de ginástica para escolas primárias e normais.

ⁱⁱⁱ Para uma análise do caráter de funambulismo das atividades físicas, lamentando a perda deste caráter pelas preconizadas idéias sobre a Educação Física, ver BRUHNS, H. T. *O corpo parceiro e o corpo adversário*. Campinas: Papirus, 1993.

^{iv} É compreensível a grande desconfiança de Azevedo(1915a) em relação às atividades militares pelo fato de viver em um contexto onde o conflito bélico não só acontecia, como fazia com que os olhares se voltassem com mais atenção para o exército e suas práticas.